



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**22/10/2014**

# INDICE

---

|   |         |
|---|---------|
| 1. JORNAL A TARDE                                   |         |
| 1.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....             | 1 - 3   |
| 1.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....                        | 4 - 5   |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS                              |         |
| 2.1. VARA CRIMINAL.....                             | 6       |
| 3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS                       |         |
| 3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 7       |
| 4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO                        |         |
| 4.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....             | 8       |
| 4.2. COMARCAS.....                                  | 9       |
| 4.3. DECISÕES.....                                  | 10      |
| 5. JORNAL EXTRA                                     |         |
| 5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 11      |
| 5.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....            | 12      |
| 6. JORNAL O DEBATE                                  |         |
| 6.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....             | 13      |
| 7. JORNAL O IMPARCIAL                               |         |
| 7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 14      |
| 8. JORNAL O PROGRESSO                               |         |
| 8.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....             | 15      |
| 9. JORNAL PEQUENO                                   |         |
| 9.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....             | 16      |
| 9.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....                        | 17      |
| 9.3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 18      |
| 9.4. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....            | 19 - 20 |

## **Judiciário lança projeto para combater a violência doméstica e familiar**

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano".

**Pág. 8**

# TJMA lança serviço online de negociação entre consumidor e empresas



Serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da

abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu "cidadão", na opção "agendamento de conciliação".

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em re-

solver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Attende, um pedido automático de conciliação. O sistema também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer centro de

conciliação.

O atendimento gera uma carta-convite que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para o mesmo email do recebimento da carta convite.

O estabelecimento também poderá manifestar inexistência de proposta de acordo para aquela demanda, dispensando-se a realização do ato formal de conciliação", complementa.

O juiz defende que a conciliação é a forma mais simples, rápida e eficaz de resolver um conflito. "Essa ferramenta é uma inovação implantada pelo TJMA para incentivar a cultura de paz", ressalta.

# Judiciário lança projeto para combater a violência doméstica e familiar



A desembargadora Ângela Salazar diz que o Judiciário quer contribuir para a mudança do olhar da sociedade quanto às questões de violência de gênero

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto "Aprenden-

do com Maria da Penha no Cotidiano". As ações serão apresentadas, nesta quinta-feira (23), às 9h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça (Praça Pedro II, s/nº, Centro).

Por meio do projeto – que atenta às diretrizes da Lei Maria da Penha e das Resoluções nº 128/2011 do Conse-

lho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 30/2011 do TJMA – serão promovidas palestras, projeção de vídeos e realização de oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

Oferecerá, ainda, apoio às vítimas através da oferta de qualificação profissional

e inserção no mercado de trabalho e reconstrução de vínculos familiares e afetivos. O objetivo é difundir a Lei nº11.340/2006, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

"Queremos contribuir, a partir dessas intervenções, para a mudança do olhar da sociedade maranhense quanto às questões de violência de gênero", explica a desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. **DADOS** – O Maranhão ocupa atualmente a 10ª posição na classificação nacional quanto ao número de denúncias de violência contra a mulher através do serviço de Disque-Denúncia.

Dentro do ranking nacional, a taxa de registro no Maranhão em 2013, foi de 583,72 por 100 mil mulheres. Os bairros de maior incidência de prática de violência doméstica e familiar em São Luís, segundo a pesquisa, são Anjo da Guarda, Turu, Coroadinho, Anil e Maracanã.

# Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís



➤ Servidores do Fórum Sarney Costa

## Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís



Servidores do Fórum Sarney Costa

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas. O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta 17, oportunidade em

que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

“O câncer de mama não é um problema só da mulher. Psicologicamente a família de quem tem câncer também é afetada”, disse o vigilante Daniel Bastos, que esteve no fórum na sexta-feira (17) e, ao ser atendido na Contadoria

Judicial, conheceu mais sobre a campanha e aderiu ao movimento, usando o laço rosa. Ele elogiou a iniciativa e disse que ações como essa são importantes para incentivar a prevenção do câncer. A chefe da Contadoria Judicial, Danielle Bottentuit, ressaltou que os servidores aderiram à campanha, vestindo-se de roupas no tom rosa e repassando informações sobre o movimento às pessoas que buscaram os ser-

viços da unidade durante toda a sexta-feira (17). A sala de atendimento ao público também foi decorada com balões cor de rosa em forma de laços.

A campanha ganhou a adesão não apenas das servidoras. Os servidores também usaram roupas na cor rosa. “Essa campanha é importante para difundir o exame preventivo e para reconhecer a crescente participação das mulheres na realização do exame de câncer”, disse Carlos Andrew, que trabalha na Contadoria. Mas é importante destacar que, apesar da campanha ser voltada para o público feminino, o câncer de mama também pode ocorrer em homens. Com 75% do quadro de servidores formado por mulheres, a Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís teve adesão total à campanha. “Diante do grande número de casos de câncer de mama no Brasil, é importante incentivar as mulheres a realizar o auto-exame para o diagnóstico precoce da doença”, disse a secretária judicial da Turma Recursal, Márcia Rocha.

SE DEU MAL

# Polinter prende foragido da Justiça condenado por tráfico

Agentes da Delegacia de Polícia Interestadual (Polinter), comandados pelo Delegado Paulo Márcio, localizaram e prenderam, por volta das 11hs de ontem, o foragido da justiça Airton Marcos dos Santos, o "Marquinhos", 38 anos, natural do Rio Grande do Norte, morador da Rua 13, Quadra 30, Cohatrac, nesta Capital, Contra ele, existe um mandado de prisão por sentença da 1ª Vara de Execuções Penais, com base no artigo 33 (tráfico de drogas), fato ocorrido no dia 15 de junho de 2011.

Naquela ocasião, o acusado, acompanhado de dois comparsas, transportava em um veículo Ford Ranger, 70 quilos de cocaína, oriunda da cidade de Cuiabá (MT), quando foi surpreendido por agentes federais.

Depois de receber voz de prisão dos agentes da Polinter, "Marquinhos" foi transferido para o Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



Airton Marcos dos Santos, o "Marquinhos"

# TJMA lança serviço de negociação pela internet

Um novo serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu "cidadão", na opção "agendamento de conciliação pelo endereço eletrônico.

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Attende, um pedido automático de conciliação. O sistema também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer

centro de conciliação. O atendimento gera uma carta-convide que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para

o mesmo email do recebimento da carta convite. "O estabelecimento também poderá manifestar inexistência de proposta de acordo para aquela demanda, dispensando-se a realização do ato formal de conciliação", complementa.

O juiz defende que a conciliação é a forma mais simples, rápida e eficaz de resolver um conflito. "Essa ferramenta é uma inovação implantada pelo TJMA para incentivar a cultura de paz", ressalta.



**Serviço permite que o consumidor acesse cadastro de empresas**

## **Aprendendo com Maria da Penha**

As ações do projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano, uma ideia do Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, serão apresentadas na próxima

quinta-feira, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Por meio do projeto, serão promovidas palestras, projeção de vídeos e oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas e universidades, entre outros espaços.

## Comarca de São Mateus adere à tecnologia

**SÃO MATEUS** - A Comarca de São Mateus aderiu à comunicação eletrônica. O juiz Marco Aurélio Barreto Marques, titular da circunscrição judiciária, está dando cumprimento a uma portaria na qual institui o novo serviço.

Para elaborar o documento, o juiz destacou a versão eletrônica do Diário da Justiça, hoje visto como órgão oficial e forma prioritária de comunicação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos, sendo veiculada gratuitamente no site do Tribunal de Justiça.

No documento, o magistrado determina que a secretaria judicial proceda à divulgação, publicação e intimação dos atos processuais e administrativos aos advogados e às partes, no cível e no criminal, inclusive do juizado especial, exclusivamente por meio do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal

de Justiça do Maranhão.

**Ato** - A secretaria judicial deverá imprimir e juntar no caderno processual correspondente uma cópia do ato, no prazo máximo de 24 horas, depois da publicação.

As informações somente poderão ser retificadas mediante determinação judicial. A responsabilidade pelas matérias encaminhadas à publicação é das unidades que as produziu e da secretaria de vara que as enviou para publicação.

"Essa medida visa agilizar a tramitação dos processos, materializando o princípio constitucional da razoável duração do processo; visa também conferir comodidade aos advogados, os quais não necessitarão deslocar-se até a secretaria judicial para ser intimados", frisa o magistrado.

A implantação da comunicação processual eletrônica atende à Resolução nº 15/2008 do Tribunal de Justiça do Maranhão, que estabelece o Diário da Justiça Eletrônico como órgão oficial de comunicação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário, em ambas as instâncias.

## Buriti terá de nomear aprovados em concurso

**BURITI** - A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) manteve decisão de primeira instância, na parte que havia determinado a exoneração de pessoal contratado temporariamente por meio da Lei Municipal nº 530/2005, de Buriti, assim como a nomeação dos aprovados no concurso público de edital nº 001/2004, observando o número de vagas.

Os desembargadores somente reformaram a sentença de 1º grau para reduzir o valor da multa aplicada, de R\$ 580 mil para R\$ 250 mil. A decisão unânime foi tomada na sessão em que o desembargador Marcelino Everton assumiu, até o fim de dezembro, a presidência da 4ª Câmara Cível.

O magistrado, no entanto, não participou da votação da apelação ajuizada pelo município de Buriti, por ser recurso remanescente do mês de agosto, quando

estava em férias e era substituído pelo desembargador Jamil Gedeon no órgão colegiado.

Gedeon (revisor do processo) e o desembargador Lourival Sejeo, convocado para compor quórum, acompanharam o voto do relator, desembargador Jorge Rachid, segundo o qual o prefeito, embora tenha se esforçado, não demonstrou de forma incontestável o cumprimento da decisão de rescisão dos contratos temporários, além da abstenção de novas contratações, em prejuízo das nomeações dos aprovados em concurso.

Foi o Ministério Público Estadual (MP) que ingressou com Ação Civil Pública na Justiça de 1º grau. Alegou que o Município realizou concurso público em 2004, para preenchimento de cargos efetivos em seis áreas, e que, em 2005, mediante lei municipal, fez contratações temporárias de pessoal nas mesmas áreas.

Na ocasião, o Município afirmou ter realizado a contratação temporária de forma emergencial, a fim de manter a continuidade do serviço público, tendo em vista que o concurso público em questão estava sob investigação do Ministério Público.

## TJMA lança serviço online de negociação entre consumidor e empresas

Serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu “cidadão”, na opção “agendamento de conciliação”.

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Attende, um pedido automático de conciliação. O sistema também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer centro de conciliação.

O atendimento gera uma carta-convite que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para o mesmo email do recebimento da carta convite.

O estabelecimento também poderá manifestar inexistência de proposta de acordo para aquela demanda, dispensando-se a realização do ato formal de conciliação”, complementa.

O juiz defende que a conciliação é a forma mais simples, rápida e eficaz de resolver um conflito. “Essa ferramenta é uma inovação implantada pelo TJMA para incentivar a cultura de paz”, ressalta.

## Inscrições para a Semana Nacional da Conciliação

A Corregedoria da Justiça e o Tribunal de Justiça informam que continuam abertas as inscrições para a Semana Nacional da Conciliação. Os interessados devem ligar para o número 0800 707 1581. Com o tema “Conciliar: Bom para todos, melhor para você”, a Semana da Conciliação acontece de 24 a 28 de novembro e o objetivo é reduzir o volume de processos no país, estimulando meios alternativos de resolução de conflitos judiciais. Mais informações pelo telefone do Telejudiciário 0800 707 1581.

## - PROJETO

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano". As ações serão apresentadas, nesta quinta-feira (23), às 9h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça (Praça Pedro II, s/nº, Centro). Por meio do projeto - que atenta às diretrizes da Lei Maria da Penha e das Resoluções nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 30/2011 do TJMA - serão promovidas palestras, projeção de vídeos e realização de oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

## Negociação

Um novo serviço está disponível no Portal do Judiciário do Maranhão ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) que permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu "cidadão", na opção "agendamento de conciliação". Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes.

## Judiciário lança projeto para combater a violência doméstica e familiar



Ribamar Pinheiro

### **Desembargadora Ângela Salazar preside a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combater à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”. As ações serão apresentadas, nesta quinta-feira (23), às 9h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça (Praça Pedro II, s/n, Centro).

Por meio do projeto – que atenta às diretrizes da Lei Maria da Penha e das Resoluções nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 30/2011 do TJMA – serão promovidas palestras, projeção de vídeos e realização de oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

Oferecerá, ainda, apoio às vítimas através da oferta de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho e reconstrução de vínculos familiares e afetivos. O objetivo é difundir a Lei nº 11.340/2006, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

“Queremos contribuir, a partir dessas intervenções, para a mudança do olhar da sociedade maranhense quanto às questões de violência de gênero”, explica a desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

**Dados** – O Maranhão ocupa atualmente a 10ª posição na classificação nacional quanto ao número de denúncias de violência contra a mulher através do serviço de Disque-Denúncia.

Dentro do ranking nacional, a taxa de registro no Maranhão em 2013 foi de 583,72 por 100 mil mulheres. Os bairros de maior incidência de prática de violência doméstica e familiar em São Luís, segundo a pesquisa, são Anjo da Guarda, Turu, Coroadinho, Anil e Maracanã.

Dados dos atendimentos realizados de janeiro a junho de 2014 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), revelam que 77% das mulheres em situação de violência sofrem agressões semanais ou diárias. *(Danielle Lima - Asscom/TJMA)*

## Judiciário lança projeto para combater a violência doméstica

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano". As ações serão apresentadas, nesta quinta-feira (23), às 9h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça (Praça Pedro II, s/

nº, Centro). Por meio do projeto – que atenta às diretrizes da Lei Maria da Penha e das Resoluções nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 30/2011 do TJMA – serão promovidas palestras, projeção de vídeos e realização de oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

Oferecerá, ainda, apoio às vítimas através da oferta de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho e re-

construção de vínculos familiares e afetivos. O objetivo é difundir a Lei nº11.340/2006, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

"Queremos contribuir, a partir dessas intervenções, para a mudança do olhar da sociedade maranhense quanto às questões de violência de gênero", explica a desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.



SERVIDORES FÓRUM Sarney Costa alertaram para o diagnóstico precoce do câncer de mama

## Outubro Rosa alcança dependências do Fórum de Justiça de São Luís

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas. O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta-feira (17), oportunidade em que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

“O câncer de mama não é um problema só da mulher. Psicologicamente a família de quem tem câncer também é afetada”, disse o vigilante Daniel Bastos, que esteve no fórum na sexta-feira e, ao ser atendido na Contadoria Judicial, conheceu mais sobre a campanha e aderiu ao movimento, usando o laço rosa. Ele elogiou a iniciativa e disse que ações como essa são importantes para incentivar a prevenção do câncer.

A chefe da Contadoria Judicial, Danielle Bottentuit, ressaltou que os servidores aderiram à campanha, vestindo-se de roupas no tom rosa e repassando informações sobre o movimento às pessoas que buscaram os serviços da unidade durante toda a sexta. A sala de atendimento ao público também foi decorada com balões cor de rosa em forma de laços.

A campanha ganhou a adesão não apenas das servidoras. Os servidores também usaram roupas na cor rosa. “Essa campanha é importante para difundir o exame preventivo e para reconhecer a crescente participação das mulheres na realização do exame de câncer”, disse Carlos Andrew, que trabalha na Contadoria. Mas é importante destacar que, apesar da campanha ser voltada para o público feminino, o câncer de mama também pode ocorrer em homens.

Com 75% do quadro de servidores formado por mulheres, a Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís teve adesão total à campanha. “Diante do grande número de casos de câncer de

mama no Brasil, é importante incentivar as mulheres a realizar o autoexame para o diagnóstico precoce da doença”, disse a secretária judicial da Turma Recursal, Márcia Rocha.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a estimativa é de que em 2014 sejam diagnosticados mais de 57 mil novos casos de câncer de mama no Brasil, sendo o tipo da doença que mais mata no país. Informações do Instituto também apontam o diagnóstico tardio como a principal causa do alto índice de mortalidade no Brasil, se comparado com países desenvolvidos. Mais informações sobre a doença podem ser obtidas no portal do Inca [www2.inca.gov.br](http://www2.inca.gov.br).

A Diretoria do Fórum de São Luís também integrou o movimento na sexta-feira, com todos os servidores vestidos no tom rosa. Na 2ª Vara da Infância e Juventude, o juiz titular da unidade, José dos Santos Costa, e os servidores elegeram a quarta-feira (15) como dia “D” para demonstrar o apoio à campanha, vestindo-se todos a caráter.

## **TJMA lança serviço online de negociação entre consumidor e empresas**

Serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu "cidadão", na opção "agendamento de conciliação".

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Atende, um pedido automático de conciliação. O sistema

também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer centro de conciliação.

O atendimento gera uma carta-convite que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para o mesmo email do recebimento da carta convite.

O estabelecimento também poderá manifestar inexistência de proposta de acordo para aquela demanda, dispensando-se a realização do ato formal de conciliação", complementa.

O juiz defende que a conciliação é a forma mais simples, rápida e eficaz de resolver um conflito. "Essa ferramenta é uma inovação implantada pelo TJMA para incentivar a cultura de paz", ressalta.

• A Corregedoria da Justiça e o Tribunal de Justiça informam que continuam abertas as inscrições para a Semana Nacional da Conciliação. Os interessados devem ligar para o número 0800 707 1581.

\*\*\*

• Com o tema “Conciliar: Bom para todos, melhor para você”, a Semana da Conciliação acontece de 24 a 28 de novembro e o objetivo é reduzir o volume de processos no país, estimulando meios alternativos de resolução de conflitos judiciais. Mais informações pelo telefone do Telejudiciário 0800 707 1581.

## ***Semana da Conciliação***

A Corregedoria da Justiça e o Tribunal de Justiça informam que continuam abertas as inscrições para a Semana Nacional da Conciliação. Os interessados devem ligar para o número 0800 707 1581.

Com o tema "Conciliar: Bom para todos, melhor para você", a Semana da Conciliação acontece de 24 a 28 de novembro e o objetivo é reduzir o volume de processos no país, estimulando meios alternativos de resolução de conflitos judiciais.

Mais informações pelo telefone do Telejudiciário 0800 707 1581.